



ATA DA DÉCIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA QUINTA LEGISLATURA, em 31 de maio de 2021.

Em decorrência do cumprimento obrigatório da quarentena por três Vereadores desta Casa que testaram positivo para COVID-19, a Décima Reunião Ordinária do dia 20 de maio de 2021 foi adiada, assim, aos trinta e um dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e um, às dezenove horas, reuniram-se na Sala das Sessões da Câmara de Vereadores de Maximiliano de Almeida, em Reunião Ordinária, sob a presidência do Vereador Cláudio Grando, os seguintes Vereadores: André Fernando Zucunelli, Daiane Barancelli, Euclides Dal Bello, Fábio Macanan, Ismael Zukunelli, Romeu Bassoli e Veranice Pegorini Baldissera. Havendo número legal de Vereadores e Invocando a Proteção de Deus, o Senhor Presidente declarou aberta a Décima Reunião Ordinária do ano de 2021. Em seguida, dispensou a leitura da Ata da Nona Reunião Ordinária realizada no dia 18 de maio de 2021, a qual já havia sido disponibilizada aos Vereadores. A ata foi submetida à discussão, não havendo manifestações foi à votação e aprovada por unanimidade de votos. Logo após foi realizada pela Servidora da Câmara, Danieli Acorsi, a leitura do **Expediente do Dia**, constando as seguintes matérias: - **REQUERIMENTO Nº 008/2021 – Vereadora Daiane Barancelli:** Justifica sua ausência na Nona Reunião Ordinária realizada no dia 18 de maio de 2021. - **REQUERIMENTO Nº 009/2021 – Vereadores da Bancada do PP:** Solicitam a aprovação em Plenário da agenda de trabalho que será cumprida em Brasília-DF durante a viagem nos dias 07 a 11 de junho de 2021, bem como, as demandas que serão pleiteadas junto aos Deputados Federais e Senadores. - **REQUERIMENTO Nº 010/2021 – Vereador André Fernando Zucunelli (MDB):** Requer aprovação em Plenário da agenda de trabalho e as demandas que serão pleiteadas junto aos Deputados Federais e Senadores durante viagem a Brasília-DF, nos dias 07 a 11 de junho de 2021, quando estará acompanhando o Senhor Prefeito, Euclides João Mutterle, como representante da bancada do MDB. - **INDICAÇÃO Nº. 025/2021 – Vereadora Daiane Barancelli:** Indica ao Prefeito Municipal, Senhor Euclides João Mutterle para que determine em caráter de urgência, que seja realizada a canalização da água proveniente do poço da CORSAN localizado na Linha Bondam, sendo que beneficiará em média de 15 (quinze) famílias. - **INDICAÇÃO Nº. 026/2021 – Vereadora Daiane Barancelli:** Indica ao Executivo Municipal para que estude junto a Secretaria competente a possibilidade de construção de calçamento em toda a extensão da Rua Napoleão. Indica também que seja contatado com o órgão competente para que seja providenciada iluminação pública na referida via, bem como, solicita a construção urgente de rede de água e esgoto. - **PEDIDO DE INFORMAÇÃO Nº 003/2021 – Vereadora Veranice Pegorini Baldissera:** Requer que se officie o Prefeito Municipal, Senhor Euclides João Mutterle, para que encaminhe a esta Casa Legislativa, as seguintes informações: - Por qual motivo a empresa **Darli Carlos Spanholo – ME** que prestava semanalmente serviços de consultoria e assessoria há muitos anos em nosso município não teve o seu contrato renovado com a atual administração municipal, sendo que foi contratada pelo município a empresa **CCGP – Centro de Contabilidade Pública** por um valor superior em quase 94% (noventa e quatro por cento). Solicita também que o Chefe do Poder Executivo apresente o plano de trabalho da empresa contratada, onde consta a previsão da carga horária e os profissionais que atenderão presencialmente no município. - **PROJETO DE LEI Nº 014/2021** – Dispõe sobre o Sistema Municipal de Proteção Ambiental, Controle, Conservação, Recuperação, bem como trata acerca da política de fiscalização ambiental e dá outras providências. - **PROJETO DE LEI Nº 017/2021:** Dispõe sobre o estágio de estudantes em



órgãos da Administração Municipal e dá outras providências. - **PROJETO DE LEI Nº 021/2021:** Autoriza o Poder Executivo Municipal formalizar permissão de uso de bem imóvel público. O projeto estava em análise na Comissão Única de Parecer, a qual por unanimidade, manifestou o voto favorável à matéria. - **PROJETO DE LEI Nº 023/2021:** Autoriza o Poder Executivo Municipal a realizar contratação temporária de servidores, em caráter emergencial e excepcional e dá outras providências. - **PROJETO DE LEI Nº 024/2021:** Institui o Programa de Incentivo ao Pequeno Empreendedor, denominado “Juro Zero”, e dá outras providências. - **PROJETO DE LEI Nº 025/2021:** Autoriza o Poder Executivo Municipal formalizar permissão de uso de bem imóvel público. Iniciando a **ORDEM DO DIA**, o Senhor Presidente submeteu à votação do Plenário o Requerimento Nº 008/2021 da Vereadora Daiane Barancelli, que foi aprovado por unanimidade. Do mesmo modo foram aprovados por unanimidade de votos o Requerimento Nº 009/2021 dos Vereadores da Bancada do PP e o Requerimento Nº 010/2021 do Vereador André Fernando Zucunelli, da Bancada do MDB. Seguindo foi submetida à discussão a Indicação Nº 025/2021. A Vereadora Daiane, autora da propositura manifestou-se dizendo que no mandato anterior foram apresentados vários pedidos para a canalização desta água. Afirmou que esta localidade é considerada um bairro pelo número de famílias que lá residem e que geralmente no período de estiagem carecem muito de água, sendo que nas visitas que realizam são estas as dificuldades que as famílias relatam, sabendo que a água se encontra há poucos metros das suas residências. Disse que gostaria que isto fosse revisto pela secretaria responsável porque é de grande importância para que não chegue no verão e com ele a estiagem como ocorreu no início do ano onde estas famílias, principalmente aquelas que tem gado e tiveram que vender porque não tinham condições de puxar água todos os dias. Pediu ao Prefeito que tanto lutou pela agricultura que veja a necessidade destas famílias e com o máximo de urgência consigam resolver esta situação. A indicação foi aprovada por unanimidade. Também em pauta a Indicação Nº 026/2021, da Vereadora Daiane. Em sua justificativa a Vereadora declarou que este bairro é bastante visitado no período eleitoral, mas passada a eleição acabam não visitando mais. Contou que esteve visitando o local e pode constatar que são péssimas as condições de tráfego nesta via. Disse que tudo precisa ser removido para depois ser construída a rede de água e esgoto e que também é preciso melhorar a iluminação, porque nesta rua residem pessoas carentes, idosas e crianças que muitas vezes ficam doentes e precisam sair à noite, mas encontram dificuldades por conta destas situações. Disse que este pedido já era para ter feito a mais de trinta dias, mas não conseguiu devido a problemas de saúde, e agora com a chegada do inverno, afirmou que gostaria que isto fosse resolvido o mais breve possível, pois são muitas famílias que lá residem, que são de baixa renda e precisam ter a sua autoestima melhorada, dando a eles este conforto, porque é difícil acordar todos os dias e se deparar com estas condições, certamente eles não terão ânimo para sair e lutar por coisas melhores. A indicação foi aprovada por unanimidade de votos. Continuando foi à discussão o Pedido de Informação Nº 003/2021, de autoria da Vereadora Veranice. Com a palavra, a Vereadora declarou que é de conhecimento de todos que a Empresa Darli Spanholo ME há muito tempo prestava serviço de assessoria e consultoria para a administração municipal, envolvendo contabilidade, licitações e tributação. Segundo a Vereadora, consta no portal da transparência que o valor pago a referida empresa era de R\$ 3.148,10 (três mil, cento e quarenta e oito reais e dez centavos), sendo que neste ano o contrato com esta empresa não foi renovado. Informou que o serviço foi contratado através da empresa CCGP - Centro de Contabilidade e Gestão Pública, por um valor superior em quase 94% (noventa e quatro por cento), conforme também consta no portal da



transparência. Referindo-se a Lei Complementar nº 173, de 17 de maio de 2020, disse que em virtude da pandemia, não será possível aumentar os gastos até o final de 2021, sendo assim, questionou como se explica esta nova empresa cobrando um valor expressivamente alto, se comparado com a empresa que atuava no ano passado. A Vereadora afirmou ainda que a empresa Darli Spanholo ME cobrava R\$ 3.148,10, totalizando no ano R\$ 37.777,20 (trinta e sete mil, setecentos e setenta e sete reais e vinte centavos) conforme está no portal da transparência, já a empresa CCGP em 24 de fevereiro de 2021 tem um empenho de R\$ 12.200,00 (doze mil e duzentos reais) e também aparece no portal da transparência um empenho na data de 11 de maio de 2021 no valor de R\$ 73.200,00 (setenta e três mil e duzentos reais). Diante disto, a Vereadora solicitou que seja apresentada uma explicação ao Poder Legislativo, bem como, este plano de trabalho prevendo quem irá nos atender no município e qual a carga horário destes profissionais. O pedido de informação foi à votação e aprovado por unanimidade. Seguindo na Ordem do Dia foi posto em discussão o Projeto de Lei Nº 014/2021. Sem manifestações dos Vereadores foi à votação e aprovado por unanimidade de votos. Em discussão o Projeto de Lei Nº 017/2021. Nenhum Vereador fez uso da palavra. Em votação foi aprovado por unanimidade. Seguindo foi à discussão o Projeto de Lei Nº 021/2021. Nenhum Vereador querendo se manifestar, de imediato foi à votação e aprovado por unanimidade. Em discussão o Projeto de Lei Nº 023/2021. Sem manifestações foi à votação e aprovado por unanimidade. Posto em discussão o Projeto de Lei Nº 024/2021, nenhum Vereador usou a palavra. Em votação foi aprovado por unanimidade de votos. A última matéria em pauta na Ordem do Dia foi o Projeto de Lei Nº 025/2021. O primeiro a se manifestar foi o Vereador André, o qual proferiu que os projetos de lei com a intenção de incentivar o setor privado são sempre muito bem aceitos por esta Casa, tanto é que muitas proposições neste sentido foram feitas por iniciativa desta Casa, até mesmo de sua autoria ou pelos demais colegas. Referindo-se a este caso, afirmou que estão diante da concessão de um centro comunitário localizado na Avenida Porto Alegre, sendo que esta concessão será feita a uma única empresa privada. Lembrou que o centro comunitário por muitas vezes foi local de promoção social, em especial, à classe evangélica, um espaço garantido a esta comunidade e a toda a sociedade maximilianense. Deixou claro que sobre esta lógica e em sua concepção estão diante de um espaço público em que existe uma estrutura física já presente e que este espaço público só pode ser objeto de concessão, caso a atividade a ser destinada, seja igualmente de uso público, que atenda a todo o coletivo, e que em nenhum momento se perca o aspecto público deste meio. Disse que por estas razões não considera razoável que uma estrutura que já tem a sua destinação, embora que no momento que estamos vivendo de pandemia, as promoções sociais não estejam sendo realizadas, mas temos esperança que isto logo finde. Para melhor exemplificar, disse que só poderia haver a concessão deste imóvel, caso fosse para um projeto destinado a cursos profissionalizantes e que lá fosse um centro, pois isto não deixaria de atender a toda coletividade, diferente do que está sendo tratado neste projeto, que vai atender uma única empresa. Explanou que existem alternativas melhores para ocupação deste espaço público, que não se trata daquela ideia de que o espaço público não é de ninguém, muito pelo contrário, ele é de todos. Disse ainda que a sugestão seria aguardar a execução da área industrial, e depois a empresa voltar com um novo requerimento, apresentando o espaço que gostaria e firmando uma contrapartida, pois acredita que tudo tem que ser uma via dupla, e assim sendo, terá o espaço que achar viável. Também se pronunciou sobre o projeto o Vereador Euclides afirmando que na época que foi Prefeito viveu a cedência e neste período viu muitas picuinhas políticas, as



quais existiam antigamente, que fizeram o município perder a Perdigão e hoje podemos ver o que se tornou Capinzal. Lembrou que na sua gestão teve um exemplo típico de como faz bem a cedência, citando a Empresa COOCIMAX, disse que todas as que estavam nos arredores fecharam, sobrou apenas esta, gerando empregos e levando o nome do município, uma vez que as laranjas são entregues em todo o Alto Uruguai e também na região de Vacaria. Lembrando também que na época foi feita a cedência para a empresa de mudas do Valmorbida. Mencionou que a Mecânica do Martini também é cedência e que a intenção deste pessoal seria instalarem-se na área industrial, porém em análise na prefeitura é possível que leve mais dois anos para que a área esteja pronta para funcionar. Disse que eles não têm espaço físico e advertiu que outro município poderá chegar e levar o que está aqui, pois sempre quando se fecha uma porta de um estabelecimento comercial, estamos também deixando alguém sem comer. Ressaltou que se eles têm a intenção de expandir seu voto será favorável e solicitou aos colegas que analisassem, porque todas as cedências que foram feitas em nosso município deram certo e frisou novamente que este espaço será cedido até que área industrial esteja apta para receber quem quiser se instalar. Não havendo mais manifestações, o projeto foi à votação e rejeitado por 4 (quatro) votos contrários x 3 (três) votos favoráveis, foram contrários os Vereadores André, Fábio, Romeu e a Vereadora Veranice. Após declarar encerrada a Ordem do Dia, o Senhor Presidente passou de imediato para as inscrições do **GRANDE EXPEDIENTE**, lembrando que o tempo é de 30 (trinta) minutos divididos entre os inscritos. Primeiro inscrito Vereador Ismael Zukunelli iniciou o seu pronunciamento abordando o debate ocorrido nas redes sociais sobre o Projeto de Lei Nº 021/2021, dizendo que a Secretária da Indústria e Comércio, Senhora Cassiana Borges fez uma publicação onde o entendimento foi que os Vereadores não estariam a fim de aprovar este projeto, em função do pedido de baixa solicitado pela Vereadora Veranice. Em defesa da Câmara de Vereadores e também da Bancada do PP ressaltou que em momento algum os Vereadores desta Casa se manifestaram contrário a este projeto, muito pelo contrário, antes de iniciar a última sessão o projeto foi muito comentado, onde inclusive estava presente o Senhor Prefeito. Declarou que o motivo do pedido de baixa, que não foi uma decisão solitária da Vereadora se deu porque o projeto estava um pouco vago e não se pode agir por o impulso, porque é uma boa oportunidade para o município. Acredita que a Secretária, que é a pessoa que está assumindo um posto tão importante e levando a frente os trabalhos do município, precisa ter um pouco mais de tranquilidade e não agir por impulso, principalmente usando as redes sociais induzindo a população que não está acompanhando tanto. Disse que não procura se manifestar sobre discussões em redes sociais, até porque como uma autoridade está exposto a ser elogiado e também criticado, mas quando há injustiça e falsidade nas palavras, e posteriormente uma mentira é obrigado a se manifestar. Deixou verbalmente claro esta nota de repúdio à colocação totalmente infeliz da Senhora Secretária Cassiana Borges, e também solicitou ao Senhor Prefeito que perante estas declarações e já que estão indo para o sexto mês de administração, entende que ele deve tomar alguma atitude no seu grupo de trabalho, que é um grupo que se mostra competente, mas infelizmente, nesta situação não vê esta Senhora capacitada a continuar no cargo de Secretária. Pediu desculpas se colocou alguma palavra errada, mas a publicação está bem clara nas redes sociais, a qual foi exclusivamente para induzir a população a ficar contrária a decisão dos Vereadores, que foi totalmente favorável. Disse ainda que o Presidente da Comissão, Vereador Idanir juntamente com o Vereador André tomaram os devidos cuidados e imediatamente um ou dois dias depois, a Comissão já estava reunida e deu o parecer pela aprovação, frisando que foi somente questão



de cautela para corrigir alguns pequenos detalhes que não estavam prescritos no projeto. Encerrando disse para encararem como uma crítica construtiva, o que solicitou ao Senhor Prefeito não é questão de pressão, mas sim a realidade que, infelizmente por ato de uma pessoa tão importante para o município se formou um problema onde não existia. Em seguida fez uso da tribuna o Vereador André Fernando Zucunelli. Iniciou sua fala fazendo referência a canção de João Gilberto denominada “Louco”, a qual faz alusão a arrogância de algumas pessoas, no sentido de que acreditam que sua principal tarefa, assim como um animal irracional, é se dedicar a sair por aí jantando as pessoas, no sentido metafórico de humilhá-las. Disse que sair por aí na tentativa de demonstrar autoridade, acredita que de forma unânime, é uma ação um tanto imbecil, palavra esta que na sua origem significa uma pessoa fraca de ideias e nas atitudes. Afirmou que existe uma regra básica de convivência e de bom senso, se há algo de errado corrija-se em particular e elogie em público, mas para algumas pessoas existe a necessidade em fazer o oposto, ofender sem ter conhecimento dos fatos, e este é o modelo mais ultrapassado. Disse que é preciso ter humildade na sua origem, pois estamos todas a mesma altura, gente humilde de verdade sabe que é pequeno e busca sempre crescer, gente pequena de ideias acredita que já é grande, e por isso, a única forma de crescer é diminuindo alguém. Mencionou que hoje temos garantido o direito constitucional de dizer o que queremos, o avanço das redes sociais possibilitou o aprimoramento destas manifestações no sentido de que a qualquer momento, qualquer um de nós pode tornar pública a nossa opinião, mas por muitas vezes este avanço acaba tendo um custo muito caro, no sentido de que é usado para divulgar posicionamentos agressivos, carentes de argumentação e com uma imposição que perturba o ambiente. Igualmente reportou-se ao ocorrido nos últimos dias, dizendo que uma pessoa com pouca prática no campo do bom diálogo publicou em sua rede social uma afirmação que não condiz em nada com a realidade e induz o município ao erro, distorcendo fato a fim de fazer fumaça e atacar uma Câmara que até este momento vem sendo exemplar em suas proposituras e criteriosa em seus votos. Diante da intolerância e falsas acusações declarou que esta Câmara responde de forma decidida e com diálogo. Vivemos tempos toldados de forças reativas, reavivam-se velhas e falsas acusações, que são cada vez menos a exceção, criticou. E ponderou que apesar dos desafios existentes a ordem pública não podemos nos intimidar, mentiras, fake news, maldade e ódio devemos responder com que o povo maximilianense tem de melhor, que é a inteligência. Disse ainda que na última sessão foi encaminhada a esta Casa, pelo Poder Executivo, um projeto de lei que previa a concessão de um imóvel para a instalação de uma indústria, mencionando que naquela circunstância foi requerida uma melhor análise do projeto, pois existiam dúvidas acerca do contrato e por isto o projeto foi encaminhado à Comissão Única de Pareceres. Registrou que entre as muitas mentiras divulgadas, uma lhe espantou acima de todas, quando diz que esta Casa é contrária ao desenvolvimento comércio industrial, denominando-os de incompetentes quando se refere a quem busca incansavelmente o melhor desenvolver da comunidade. Deixou claro que se essa Câmara tivesse a intenção de ser contrária a geração de emprego e desenvolvimento social como insinua a publicação, teriam votado contra já naquela sessão. Explicou que remeter o projeto à Comissão significa a intenção de ser favorável a vinda de mais empresas ao município, porém, é necessária a seriedade em se inteirar do caso e justificar da melhor forma a aprovação, ainda mais quando estamos diante de um bem público. Esclareceu que o projeto foi analisado pela Comissão e emitido parecer favorável antes mesmo da publicação, o projeto votou em pauta hoje, após menos de duas semanas e foi aprovado. Elucidou ainda que utilizar a Comissão é algo muito frequente e seria equivocado se



assim não fosse, disse que o simples fato de remeter o projeto a Comissão, não significa a reprovação, pelo contrário este é um mecanismo previsto no Regimento Interno, o qual disse ser uma leitura indispensável para quem busca atuar na administração pública, porém, acredita que para algumas pessoas poderá simbolizar uma afronta se ganhassem um livro como este. Para finalizar enfatizou que é hora de unir Maximiliano, colocando os interesses municipais acima dos interesses de grupos. Disse ainda ter consciência do tamanho da responsabilidade que carregam e que a missão é mostrar a empresários e investidores a nossa disposição em proporcionar bons negócios, os quais que trarão mais oportunidades de emprego ao município, pois presente e futuro são desafios e não podemos olhar para frente com os olhos do passado. Afirmou que seu único interesse é construir durante esta legislatura uma comunidade pacífica e desenvolvida, incentivando o setor privado e garantindo o direito de todos. Ao encerrar declarou que sempre honrou o seu nome na vida profissional, na vida pública, na universidade e em todos os seus trabalhos e por isto, deixou registrado de forma enfática que acusações como essa não merecem prosperar e como prova para refutar tal falsa acusação apresentou à própria comunidade maximilianense que conhece os seus ideais. A próxima inscrita, Vereadora Daiane Barancelli iniciou agradecendo a Deus pela sua saúde e por estar de volta, manifestando gratidão também às pessoas que se preocuparam e rezaram por sua melhora, pois sabe que sem fé e sem Deus nada somos. Afirmou que nos últimos quatro anos como Vereadora conseguiu trazer para o município aproximadamente R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), e desde março do ano passado aguarda também a chegada de um trator. Disse se sentir orgulhosa por estar novamente representando o município e poder anunciar mais uma emenda parlamentar, através do Deputado Federal Giovani Feltes e do Deputado Tiago Simon no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) para a saúde, que ajudará a pagar muitos exames e a salvar muitas vidas. Manifestou a sua gratidão aos Deputados Giovani e Tiago que sempre foram parceiros e nunca abandonaram a família de Maximiliano. Agradeceu a população que confiou e acreditou nela e também disse ser grata por poder ajudar a saúde maximilianense. Concedida a palavra a última inscrita, Vereadora Veranice Pegorini Baldissera que iniciou sua fala fazendo menção aos acontecimentos dos últimos dias nas redes sociais, especialmente comentários que a atingiram como Vereadora e também toda a Câmara Municipal, por ter pedido baixa do projeto de lei nº 021/2021. Relatou que nesta sessão estavam presentes 8 (oito) Vereadores e o pedido de baixa foi aprovado por 6 (seis) x 1 (um) votos, isto quer dizer que seus colegas também entenderam que cabia um melhor entendimento do projeto. Afirmou que em nenhum momento manifestou-se contrária ao progresso do município ou a vinda de uma indústria, nem tão pouco os nobres colegas, como foram motivos de comentários nas redes sociais. Aqueles que comentaram sem ter o conhecimento necessário, disse que no momento que foi votado o pedido de baixa também ficou claro nosso comprometimento de nos reunirmos enquanto Comissão Única de Pareceres com brevidade para que na sessão de hoje o projeto pudesse voltar para a decisão final. Disse que como Vereadores nossas atitudes devem ser embasadas em conhecimento, devem ser conscientes dos fatos e que solicitar a baixa de um projeto, quando o mesmo não está bem esclarecido, é o mínimo que pode ser feito. Explicou que o motivo que lhe levou a pedir a baixa do projeto foi a necessidade de ter algo melhor esclarecido, principalmente, em se tratando de um terreno que foi adquirido pelos municípios de Maximiliano de Almeida, Paim Filho, São João da Urtiga e Machadinho, dentre outros esclarecimentos que lhe parecia ser necessário antes de se posicionarem. Afirmou que as atitudes no Legislativo devem ser embasadas, com clareza e transparência e não na ameaça de pessoas que tenham ou não interesses. Como Vereadora



declarou que não agiu e nunca agirá na pressão, ainda mais quando esta vem em tom de ameaça. Garantiu que jamais foi a intenção prejudicar o crescimento do município, e que antes mesmo de iniciar as postagens nas redes sociais, a Comissão Única de Pareceres já estava reunida para dar o parecer e isto pode ser percebido na leitura feita pela Secretária no início da sessão de hoje, quando foi mencionada que a Comissão se reuniu às 8h da manhã. Seguindo o seu pronunciamento a Vereadora disse que entregaria ao Presidente da Câmara o Ofício nº 29/2021, de 13 de maio de 2021 da Deputada Federal Maria do Rosário onde consta a informação de que o município de Maximiliano de Almeida foi contemplado com uma emenda no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) para custeio na Secretaria de Saúde. Igualmente disse que colaborar trazendo uma emenda na área da saúde é motivo de alegria, ressaltando que na campanha eleitoral se comprometeu em lutar para que recursos federais e estaduais chegassem em nosso município. Deixou registrado o seu empenho como Vereadora, o empenho do Partido dos Trabalhadores, da ex-Prefeita Dirlei e do Vereador Fábio, mas que ouviu muitos comentários de que esta emenda seria do ano passado, no entanto esclareceu que esta é uma emenda atual, com certeza a ex-Prefeita fez um caminho de apresentação dos novos Vereadores aos Deputados. Como disse a colega Daiane as emendas são demoradas, mas tem muita esperança que esta emenda que é para custeio na área da saúde virá num período de pandemia e como a Deputada mencionou ela chegará aos cofres públicos no segundo semestre. Sabe-se que a administração poderá aplicar no que quiser, porém afirmou que demonstraram o grande desejo de que este valor seja usado na farmácia básica, para cobrir alguns exames laboratoriais ou até mesmo de média e alta complexidade. Ressaltou que isto prova a vontade que têm de colaborar enquanto partido e Vereadores, não como foi dito nas redes sociais que estariam nesta Casa apenas para receber o salário, mas garantiu que isso não lhe atingiu até porque não precisa deste salário para viver e que está aqui como Vereadora para colaborar com Maximiliano de Almeida. Ao encerrar fez a entrega do documento ao Presidente, o qual registrou o recebimento da emenda parlamentar da Deputada Maria do Rosário, agradeceu aos Vereadores da Bancada do PT pelo empenho em buscar estes recursos, assim como a Vereadora Daiane que também se prontificou em buscar recursos e já tem apresentado o seu ofício, com certeza será bem aplicado na saúde neste momento de dificuldades, destacou. Não havendo mais inscritos para o Grande Expediente e mais nada a ser tratado, o Senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos da presente Reunião Ordinária. E convidou a todos para a próxima reunião que será realizada em 14 de junho de 2021, às 19h, pelo fato de que na semana anterior os Vereadores estarão viajando para Brasília-DF. E agradeceu a todos que acompanhavam pelo facebook. Do que eu, Daiane Barancelli, Secretária, determinei que fosse lavrada a presente ata, que após ser lida e achada conforme será assinada por mim e pelo Senhor Presidente da Mesa.

Ver^a. Daiane Barancelli
Secretária

Ver. Cláudio Grando
Presidente